



Joel Ferreira diz que o Tribunal só quer a verdade

## Tribunal investiga <sup>na</sup> contratos da Caesb

"A questão fundamental será sabermos se a obra de ontem é a mesma de hoje em volume de dólares, e se realmente houve lisura no processo de licitação do Lago Paranoá". Já com seis volumes da concorrência das obras de despoluição do Lago Paranoá empilhados em uma pequena estante, ao lado de sua mesa, o presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Joel Ferreira, afirmou serem esses, os principais objetivos da auditoria interna que o TCDF começará a realizar, a partir dessa semana, na Caesb.

O presidente do TCDF garantiu, ontem, mais uma vez, que todo o processo de inspeção que o Tribunal fará em todos os volumes da licitação das obras de despoluição do Lago Paranoá, "não levará mais do que 30 dias". Mas não soube precisar em quanto tempo será feita a avaliação do relatório dos auditores que o futuro relator do processo receberá de suas mãos. Isso porque, de acordo com o mecanismo técnico-jurídico do TCDF, o presidente do Tribunal, assim que recebe dos auditores relatórios referentes à licitação, designa um relator que reexamina tudo novamente, para depois encaminhá-lo ao plenário do Tribunal, para votação. Essa votação é que determina ou não o a ocorrência de fraudes em processos licitatórios.

### Autonomia

"Os relatores são muito autônomos, não há como precisarmos prazos para avaliações que fazem sobre relatórios de auditorias", disse Joel Ferreira, ao responder se o futuro relator do caso da fraude na concorrência das obras de despoluição do Lago Paranoá vai depender muito ou pouco tempo em seu reexame do relatório que re-

ceberá dos auditores. O presidente afirmou, no entanto, que "nenhum processo de auditoria fica para o ano seguinte nesse Tribunal".

### Rima

Joel Ferreira não quis se estender sobre declarações sobre o grau de envolvimento da Caesb, das empreiteiras Andrade Gutierrez e Serveng Civilsan no processo de licitação das obras de despoluição do Lago Paranoá. Mas adiantou que entre os quatro auditores que estarão levantando todos os dados referentes à fraude, publicados pelo **Jornal de Brasília** na sua edição do dia 26 de agosto, um estará avaliando a questão da obrigatoriedade de a Caesb apresentar o Relatório de Impacto do Meio Ambiente, (Rima) à Secretaria do Meio Ambiente. "Essa questão não é de nossa atribuição, mas teremos que examiná-la, porque faz parte de todo o processo", disse Ferreira.

Ele fez questão de enfatizar que os objetivos centrais da auditoria estarão concentrados no aumento do valor da obra — que em novembro de 1985 foi previsto, através de convênio assinado entre o GDF e BNH, em 45 milhões de dólares e que agora está orçada em 156 milhões de dólares — e na natureza da licitação. Isto é, se houve ou não fraude no estudo das propostas das empreiteiras que participaram da concorrência.

O presidente do TCDF, no entanto, mostrou-se preocupado com o aumento do valor da obra e chegou a dar um exemplo: "Se uma obra que, por exemplo, custe hoje 100 dólares e daqui a dois ou três anos, tem o seu valor triplicado, é algo realmente bastante incompreensível. Isso o TCDF tem o dever moral e jurídico de apurar".